



Relatório final do Orçamento não prevê reajuste ao Judiciário

O relator-geral do Orçamento, deputado Arlindo Chinaglia, entrega parecer à CMO, presidida pelo senador Vital do Rêgo (D): texto reserva R\$ 21,7 bi a mais em investimentos para, entre outros objetivos, proteger o país da crise mundial



Luiz Alves/Senado Federal

Qualquer aumento para o funcionalismo dependerá de decisão dos parlamentares nas votações marcadas para amanhã, na CMO, e quinta-feira, no Plenário do Congresso

O relator-geral do Orçamento da União para 2012, deputado Arlindo Chinaglia, apresentou ontem parecer na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ele não incluiu previsão de recursos para re-

juste de qualquer categoria do funcionalismo nem de aposentadorias. O relatório deve ser votado amanhã pela CMO e na quinta-feira pelo Plenário do Congresso, que hoje analisa o Plano Plurianual 2012-2015. **3**

Pedro Franco/Senado Federal



Véspera da votação: senadores Romero Jucá (E), Ana Amélia, Renan Calheiros e José Pimentel defendem proposta do governo

Plenário pode votar hoje a prorrogação da DRU até 2015

Governo deve ganhar hoje mais quatro anos para continuar dispondo livremente de parte das receitas vinculadas. **3**

Brecha na Constituição ainda impede investimentos mínimos em saúde

Em 2000, para garantir os recursos do SUS, a Constituição recebeu a Emenda 29, fixando o mínimo que

cada esfera do poder público deveria aplicar em saúde. A medida, porém, ainda não foi regulamentada. **8**

CDH aprova obrigatoriedade da Declaração de Nascido Vivo **6**

Sarney participa da posse da ministra Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal **2**

Fim de encargo cobrado nas contas de luz pode ser analisado **7**

Comissão vai examinar acordos internacionais sigilosos **7**

Assine a newsletter



www.senado.gov.br/jornal



Luiz Dono Neto

especial
Cidadania

Lei Rouanet faz 20 anos prestes a ser substituída

Projeto em tramitação no Congresso deve substituir a Lei Federal de Incentivo à Cultura, que, entre elogios e críticas, completa nesta sexta-feira duas décadas em vigor, com constantes aprimoramentos. **4 e 5**

O espetáculo DNA — somos todos iguais, do Circo Roda, percorreu este ano 16 cidades brasileiras com patrocínio obtido por meio da Lei Rouanet

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Eunício Oliveira também compareceu à solenidade. Rosa Weber é a segunda indicação de Dilma Rousseff para compor o Supremo Tribunal Federal

Sarney participa da posse de Rosa Weber no STF

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), da posse da ministra Rosa Maria Weber. A nova ministra teve seu nome aprovado pelo Senado na última terça-feira, com 57 votos a favor, 14 contra e 1 abstenção. Ela é a terceira mulher a integrar a Suprema Corte.

A sessão teve início com a execução do Hino Nacional e, em seguida, a nova ministra foi conduzida ao plenário pelo decano da corte, ministro Celso de Mello, e por Luiz Fux. Ao fazer o juramento como ministra do STF, Rosa Weber se comprometeu a “cumprir os deveres do cargo em con-

formidade com a Constituição federal e com as leis da República”.

Ministra do Tribunal Superior do Trabalho desde 2006, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa foi indicada para o STF pela presidente Dilma Rousseff para ocupar a vaga de Ellen Gracie, que se aposentou em agosto.

Ela é a segunda indicação de Dilma para a corte — o primeiro foi Luiz Fux, que tomou posse em março deste ano.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), que também compareceu à solenidade de

posse, destacou que o Senado fez o seu papel ao sabatinar a ministra e garantir que a corte esteja completa para a retomada dos trabalhos do Judiciário no próximo ano, em 1º de fevereiro.

— Sabatinamos a ministra e entregamos a corte completa para julgar os processos que têm importância para o Brasil — disse o parlamentar.

A cerimônia contou ainda com a presença de autoridades como o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, representando a presidente Dilma Rousseff; o presidente da Câmara, Marco Maia; além de parlamentares e representantes do Poder Judiciário.



Presidentes do STF, Cezar Peluso, e do Senado, José Sarney: Rosa Weber é chamada a fazer juramento como ministra

Jader Barbalho assume no Senado na próxima semana

Ex-presidente do Senado e ex-governador do Pará, Jader Barbalho (PMDB-PA) deve assumir na próxima semana o mandato de senador, substituindo Marinor Brito (PSOL-PA). Seu primeiro suplente, Fernando de Castro Ribeiro, esteve na manhã de ontem na Secretaria-Geral da Mesa, entregando os documentos necessários à posse, como o diploma do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) proclamando a eleição de Jader.

A Comissão Diretora do Senado realiza sua última reunião do ano hoje, às 11h, quando deve examinar esses documentos, entre eles, ofício do TRE-PA comunicando

à Casa a retotalização dos votos determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Nele, o tribunal informa que Jader obteve 1.799.762 votos preferenciais, do total de 4.483.459 votos válidos registrados na ata geral das eleições de 3 outubro de 2010.

Posse

A partir dessa reunião, será contado o prazo de cinco dias úteis para a posse de Jader. Assim, o parlamentar poderá ser empossado a partir do dia 28.

De acordo com Fernando Ribeiro, Jader conversará com o presidente do Senado, José Sarney, para fixar a data



Fernando de Castro Ribeiro é o primeiro suplente de Jader Barbalho

da posse. A cerimônia se realizará perante a Comissão Diretora, visto que, a partir de 23 de dezembro, o Congresso estará em recesso, só retomando seus trabalhos em 2 de fevereiro de 2012.

O segundo suplente é Francisco Wilson Ribeiro. De acordo com Fernando Ribeiro, eles não são parentes.

Correção

A Agência Senado corrigiu ontem informação — veiculada na internet quinta-feira e publicada na edição de sexta-feira do **Jornal do Senado** — de que “Laticínios são proibidos de pagar preços diferentes a produtores” (pág. 5). Na verdade, o PLC 80/11, aprovado pela Comissão de

Agricultura (CRA), obriga essas empresas a informar ao produtor o preço pago pelo litro do leite até o dia 25 do mês anterior à entrega.

A proposta original, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), previa a proibição, mas a ideia foi rejeitada ainda na Câmara dos Deputados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Prorrogação da DRU

14h Terceira sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga até 2015 a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Presidência Sarney recebe ministra Gleisi Hoffmann

10h30 O presidente do Senado, José Sarney, recebe o presidente da OAB-AP, Ulisses Träsel; às 11h, dirige reunião da Mesa; às 12h, participa de homenagem dos funcionários terceirizados; às 15h30, recebe a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CAE Presidente do Banco Central

8h30 A Comissão de Assuntos Econômicos analisa a recondução de Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo e de Ricardo Machado Ruiz para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Na pauta, projeto que trata de recursos provenientes de bens apreendidos que tenham sido adquiridos com produtos de tráfico de drogas, além de mensagens com pedidos de autorização de empréstimos para os estados do Rio de Janeiro e Rondônia. Às 11h, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala sobre política monetária, creditícia e cambial.

CI Petróleo e água

9h Substitutivo à proposta que obriga a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a informar à Agência Nacional de Águas (ANA) toda descoberta de aquíferos de água doce durante a perfuração de poços de petróleo está na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura. O colegiado vota também substitutivo ao projeto que dispõe sobre a política energética nacional, determinando que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da ANP.

Congresso Créditos orçamentários

10h O Congresso Nacional vota créditos adicionais para vários ministérios. Também integra a pauta da sessão o Plano Plurianual (PPA) 2012–2015. As reuniões ocorrem no plenário da Câmara.

CRE Imigrantes haitianos no Acre

10h A situação de imigrantes haitianos no Acre é tema de debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Foram convidados para a audiência o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, entre outros.

CMO Obras com irregularidades

14h/18h 20h A Comissão Mista de Orçamento analisa relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, no plenário 2 da Câmara. A CMO também analisa o relatório final do Orçamento 2012.

CDR Famílias em área de risco

14h Projeto que assegura aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa, Minha Vida ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas consta da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Segurança pública Relatório final de comissão

14h A comissão temporária destinada a acompanhar e analisar as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2, apresenta seu relatório final.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 8h30, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Jucá, Ana Amélia, Sarney e Renan na sessão de ontem para discussão da DRU

Prorrogação da DRU pode ser votada hoje no Senado

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 114/11, que prorroga por mais quatro anos a Desvinculação de Receitas da União (DRU) pode ser votada hoje no Senado. O mecanismo desvincula 20% da parte da arrecadação do governo que tem destinações obrigatórias previstas na Constituição, dando ao Executivo mais liberdade sobre como usar os recursos.

Hoje deve acontecer o terceiro dia de discussão da proposta, em segundo turno, e, logo depois, a votação. São necessários 49 votos para sua aprovação.

Ontem, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou que a DRU foi criada no governo de Itamar Franco, em 1994, e preservada em todos os governos posteriores. O senador disse que ela é vital para os ajustes necessários em

ano de eleições, que começa ameaçado pela crise mundial.

Ana Amélia (PP-RS) disse que a DRU passou a ser necessária com o fim da hiperinflação, em 1994, quando foi revelado “o verdadeiro déficit de pagamento do setor público”. Para a parlamentar, a DRU é “um importante voto de confiança que o Poder Legislativo dá ao Poder Executivo”, mas aumenta a exigência de fiscalização do primeiro pelo segundo. A senadora lembrou que 2012, por ser ano eleitoral, provocará inúmeras pressões sobre o governo por aumento dos gastos públicos.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que a DRU “é um instrumento fundamental para manter o controle fiscal e de gastos e continuar a caminhar na linha da responsabilidade”.

Projetos sobre música gospel e menor infrator têm urgência

Com a aprovação de requerimentos de urgência para tramitação, mais dois projetos foram incluídos pelos senadores na ordem do dia de amanhã. O PLC 134/09 cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), e o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 27/09 reconhece como manifestação cultural a música *gospel* e os eventos a ela relacionados.

Pelo PLC 134/09, regulamenta-se a execução de medidas socioeducativas aplicáveis a adolescente que pratique ato infracional, instituindo o Sinase para coordenar, aplicar e avaliar essas ações. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na semana passada.

O sistema deve surgir com a missão de uniformizar o processo de apuração de atos infracionais e de aplicação de medidas socioeducativas no país. O órgão deverá, no entanto, recomendar a individualização das ações corretivas, levando em conta as peculiaridades de cada adolescente, como doenças, deficiências ou dependência química. Outro norteador será o princípio da não discriminação.

Já o PLC 27/09 reconhece a música *gospel* como parte da cultura contemporânea brasileira, merecendo, por isso, o direito aos benefícios da Lei Rouanet (Lei 8.313/91). O requerimento de urgência para a tramitação da proposta foi apresentado por Ana Amélia (PP-RS).

Arlindo Chinaglia deixou para a Comissão de Orçamento e o Plenário do Congresso quaisquer decisões relativas a reajustes. Seu parecer também não prevê aumento real para aposentados do INSS

Relator-geral não inclui aumento para Judiciário

NÃO FOI POSSÍVEL garantir reajuste ao Judiciário e a outras carreiras do funcionalismo no texto final do Orçamento de 2012, entregue ontem pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Qualquer acordo para a concessão dos aumentos dependerá de decisão parlamentar durante as votações do relatório final na CMO, na quarta-feira, e no Plenário do Congresso, na quinta-feira. O Legislativo

entra em recesso dia 23.

Chinaglia ressaltou que seu relatório preliminar abria a possibilidade de reajuste para o Judiciário, mas ele não se concretizou por falta de base legal (teria que ser previsto em projeto aprovado pelo Congresso).

— Nunca tive pretensão de impor negociações. Seria ilusão imaginar que uma pessoa só teria poder de decidir tema tão delicado — disse.

Os entendimentos para

reajuste futuro de aposentadorias também dependem de negociação no Congresso.

Chinaglia apontou que o Orçamento de 2012 terá R\$ 21,7 bilhões a mais em investimentos, o que servirá para aumentar a segurança, manter o nível de emprego e proteger o país da presente crise internacional. O Programa Brasil sem Miséria terá R\$ 2 bilhões a mais.

O relatório também garante R\$ 6 bilhões a mais ao Ministério da Saúde, totalizando R\$ 92,1 bilhões. A verba para compensar os estados pelas perdas decorrentes da Lei Kandir é de R\$ 3,4 bilhões. Também foram reservados R\$ 2,2 bilhões para corrigir o salário mínimo para R\$ 622,71 (a proposta original era de R\$ 619,73) e R\$ 3 bilhões para recomposição de cortes em programas de fornecimento de água no Nordeste e de manutenção de estradas.

Participação popular

A maior inovação, segundo Chinaglia, são as emendas elaboradas com base em proposta popular, que vão beneficiar 65 milhões de pessoas de municípios de até 50 mil habitantes. Dos 4.956 municípios participantes, 3.677 (74,19%) tiveram indicações validadas e escolherão o projeto em que alocar os recursos. Os municípios cujas indicações não foram validadas receberão recurso para uso obrigatório em ações básicas de saúde.



Deputado Arlindo Chinaglia e senador Vital do Rêgo, presidente da CMO

Congresso analisa hoje o Plano Plurianual 2012–2015

O Congresso analisa hoje o Plano Plurianual (PPA) para 2012–2015. O relatório final, de Walter Pinheiro (PT-BA), foi aprovado na semana passada pela CMO com um acréscimo de R\$ 108 bilhões nos gastos previstos na proposta original, de R\$ 5,4 trilhões.

O projeto traz as prioridades do governo federal para os próximos quatro anos, focadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Plano Brasil sem Miséria. O PPA fortalece os programas Minha Casa, Minha Vida e Luz para Todos, a construção e adequação de 14,7 mil quilômetros de rodovias e 4,5 mil quilômetros de ferrovias e a expansão da banda larga para 40 milhões de domicílios.

Além de votar o PPA em Plenário, os parlamentares analisam hoje na CMO o relatório sobre obras com irregulares, do deputado Weliton Prado (PT-MG). A oposição quer impedir que a Refinaria Abreu e Lima, em Recife, receba recursos por suspeitas de superfaturamento. O Tribunal de Contas da União havia apontado sobrepreço de R\$ 1,4 bilhão, mas voltou atrás diante da contestação da Petrobras.

Pimentel: Orçamento e PPA devem manter crescimento

Os projetos de Orçamento para 2012 e do Plano Plurianual (PPA), que o Congresso examina nesta semana, são fundamentais para manter a previsão de crescimento de 5% para o país. Segundo José Pimentel (PT-CE), os dois projetos também são importantes para o enfrentamento da crise econômica

internacional, especialmente o Plano Brasil Maior, aprovado em novembro pelo Senado.

— Temos no Plano Plurianual e no Orçamento de 2012 um grande compromisso para erradicarmos a miséria no Brasil, uma chaga que o país leva há mais de 500 anos. É chegada a hora da superação — disse o parlamentar.

Pimentel chamou a atenção para a importância de medidas incluídas no Plano Brasil Maior, como a desoneração tributária de setores da indústria, a qualificação de trabalhadores e o estímulo às pequenas empresas.



José Pimentel

Lei Rouanet se aproxima do fim aos 20 anos

Apesar dos constantes aprimoramentos, Lei Federal de Incentivo à Cultura completa duas décadas enfrentando críticas e prestes a ser substituída por projeto que já tramita no Congresso. Mas mudança iminente também preocupa artistas e patrocinadores

Marcio Maturana

NESTA SEXTA-FEIRA, DIA 23, a Lei Rouanet completa 20 anos prestes a ser revogada. Em duas décadas de elogios e críticas, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/91) captou R\$ 9,129 bilhões, via abatimento de até 6% do Imposto de Renda. Será substituída pelo projeto do governo que cria o Procultura (PL 6.722/10) e já foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

O objetivo do Procultura é promover mais equilíbrio, pois o sistema atual, em que empresas escolhem as produções que patrocinam, é acusado de privilegiar o eixo Rio-São Paulo e artistas que têm maior projeção. Nesses 20 anos, o Sudeste ficou com

80% da verba. Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, com 10%, 6%, 3% e 1%.

— Realmente é preciso que a lei passe por uma revisão, mas isso não quer dizer que ela não funcione — alega o secretário de Fomento e Incentivo do Ministério da Cultura, Henilton Menezes.

O Procultura deve destinar 20% da renúncia fiscal ao Fundo Nacional de Cultura, para que o governo decida onde, como e quando investi-lo. Uma das ideias é que cada estado receba pelo menos 2% do fundo. A expectativa é que o Procultura entre em vigor não antes de 2013, já que mudanças na arrecadação de impostos só podem passar a valer no ano fiscal subsequente.

Menezes considera injustas as críticas ao patrocínio para artistas famosos e

argumenta que a Lei Rouanet foi criada para todos. Ele acrescenta que o cenário cultural hoje é completamente diferente de 20 anos atrás e ressalta o resgate de patrimônios como o Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Dois perfis

O economista Bruno Amaro, sócio-diretor da Mona Estratégia Cultural, enxerga dois perfis de patrocinadores: os que preferem o marketing imediato porque

têm o grande público como cliente (bancos, operadoras de celular, lojas de varejo) e os que pensam mais em imagem institucional, porque trabalham com infraestrutura (construtoras, montadoras de automóveis).

— O mercado ainda está imaturo para mudar. Hoje a Lei Rouanet financia metade

dos projetos culturais no país — acredita Amaro, que intermedia a relação entre produtores e patrocinadores.

A Meritor, empresa do setor de autopeças, prioriza a responsabilidade social quando usa a Lei Rouanet. — A lei permite conciliar exposição da marca e contribuição com as comunidades onde a gente atua — explica o gerente de Marketing, Luis Maurício Marques.

Este ano, a Meritor patrocinou o Núcleo Sebastian, que atende 80 crianças com aulas de dança em Osasco (SP) e eventos de grande público, como o filme *O homem do futuro*, com Wagner Moura e Alinne Moraes.

— A ideia não é obter retorno financeiro, tem que acreditar que o investimento social é interessante para todos — afirma Marques.

Artistas temem que mudança afugente os patrocinadores

Artistas temem que o Procultura afugente patrocinadores se não for mantido o abatimento fiscal de 100% do patrocínio, obrigando empresas a custear parte do patrocínio com dinheiro próprio. O projeto original da lei previa abatimentos de 40%, 60% ou 80%, mas isso já vem sendo rejeitado pelo relator do texto na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, deputado Pedro Eugênio (PT-PE).

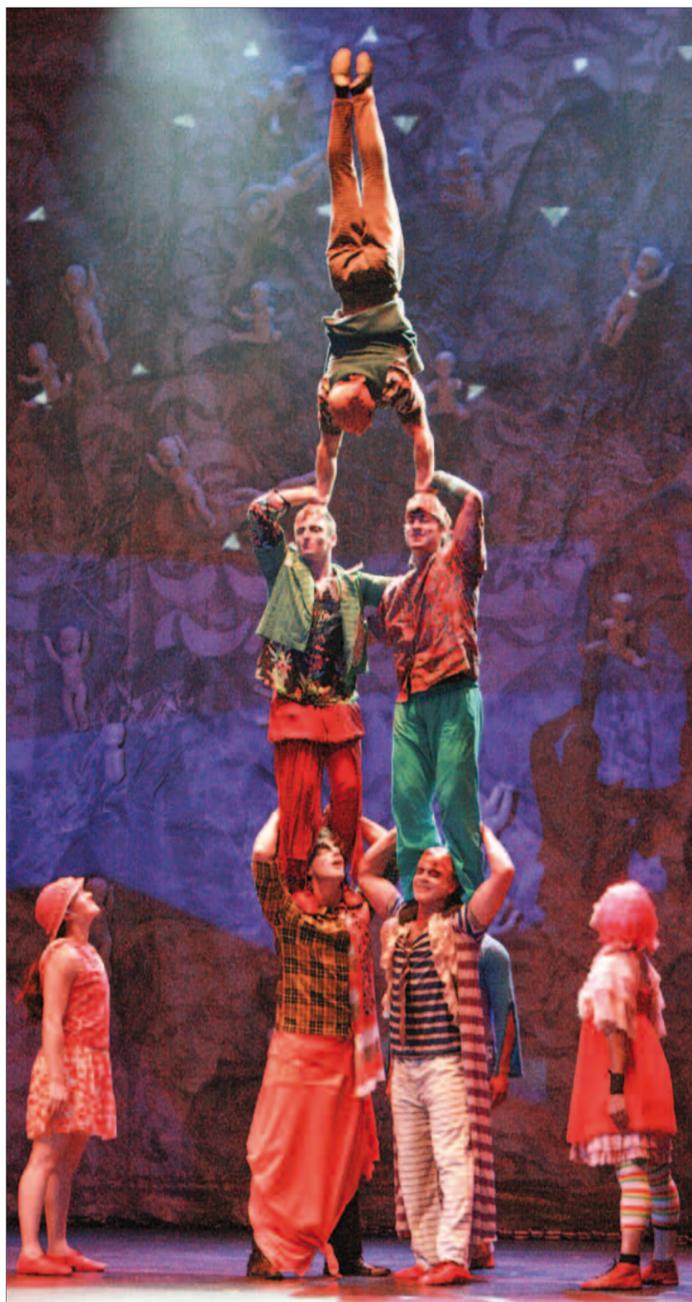
Gabi Gonçalves, produtora executiva do Circo Roda, admite ter medo da fuga de patrocinadores, mas torce para que o Procultura seja aprovado logo.

— Nos seus seis anos de

existência, o Circo Roda só pôde existir graças à Lei Rouanet. Mas estamos começando a ganhar sustentabilidade financeira e até nos apresentamos 20 dias no Chile, por conta própria — afirma Gabi.

Este ano, crianças e adultos de 16 cidades em vários estados assistiram ao espetáculo *DNA* — *somos todos iguais*, do Circo Roda, por meio da Lei Rouanet.

Um dos problemas que Gabi aponta na lei atual, apesar de garantir nunca ter passado por isso, é o patrocinador querer interferir no projeto artístico para alcançar mais visibilidade.



O Circo Roda (na foto, com o espetáculo *DNA*) este ano conseguiu se apresentar no exterior, sem incentivo fiscal

Os números do incentivo à cultura (em R\$)*

CAPTAÇÃO DE RECURSOS POR REGIÃO (1993–2011)	
▶ Sudeste	7.249.995.798,00 (80%)
▶ Sul	947.016.934,46 (10%)
▶ Nordeste	557.184.076,43 (6%)
▶ Centro-Oeste	289.734.306,03 (3%)
▶ Norte	185.597.294,29 (1%)



RECURSOS POR ÁREA CULTURAL (1993–2011)	
▶ Música	1.818.859.012,99
▶ Artes cênicas	1.754.786.277,24
▶ Patrimônio cultural	1.444.911.554,84
▶ Artes integradas	1.391.922.319,21
▶ Audiovisual	996.982.833,37
▶ Humanidades	936.461.464,57
▶ Artes visuais	785.604.947,03

MAIORES PROJETOS (1993–2011)	
▶ Teatro Municipal do Rio (restauração)	35.478.495,99
▶ Plano 2009 do Itaú Cultural	30.660.000,00
▶ Plano 2008 do Itaú Cultural	29.500.000,00
▶ Plano 2011 do Itaú Cultural	28.500.000,00
▶ Restauração do Conjunto Arquitetônico do Arquivo Nacional	28.351.000,00
▶ Plano 2007 do Itaú Cultural	27.000.000,00
▶ Plano 2010 do Itaú Cultural	26.600.000,00
▶ Estação da Língua Portuguesa (SP)	25.527.760,84
▶ Brasil 500 Anos Artes Visuais: exposição e itinerância	23.211.946,35
▶ 29ª Bienal de São Paulo	22.729.335,00

MAIORES INCENTIVADORES EM 2011	
▶ Petrobras	100.118.266,01
▶ Banco do Brasil	40.515.852,79
▶ Companhia Vale	31.065.263,70
▶ BNDES	29.504.899,37
▶ Unibanco	23.800.000,00
▶ BFB Leasing S.A. Arrendamento	16.278.408,25
▶ Bradesco Financiamentos S.A.	15.644.293,50
▶ Bradesco Vida e Previdência S.A.	11.550.500,00
▶ Cielo	10.700.000,00
▶ Souza Cruz	10.413.600,30

(*) Os valores referentes a 2011 não estão consolidados porque o prazo final para prestação de contas vai até fevereiro de 2012

Fonte: Ministério da Cultura

Fiscalização tem reforços espontâneos

Como o Brasil sabe que o dinheiro que deixa de entrar nos cofres públicos está sendo corretamente aplicado em cultura? Além da fiscalização do governo, há mais duas "vigilâncias": a do patrocinador, que não quer se envolver em irregularidades, e a do produtor cultural, que não quer ser excluído do mercado.

— Na cultura, conversa-se muito, todos sabem o que acontece mesmo que não seja

divulgado na imprensa — diz Amaro, da Mona Estratégia.

Ele lembra o caso do ator Guilherme Fontes, que em 1999, depois de captar cerca de R\$ 10 milhões, alegou falta de recursos para parar a produção do filme *Chatô, o rei do Brasil*. Menezes, do Ministério da Cultura, garante que *Chatô* não é da Lei Rouanet.

— Foi outro mecanismo, a Lei do Audiovisual. De qualquer forma, não cabe ao

ministério executar ninguém judicialmente. A gente apenas relata ao tribunal — diz.

Além da exigência de prestação de contas, o ministério tem técnicos que vão aos locais de grandes projetos, como o *Natal Luz*, em Gramado (RS).

— Projetos que não dão certo são muito residuais. Em 2009 e 2010, tivemos só 1,3%. Não há inadimplência tão baixa em bancos, por exemplo — compara o secretário.

Arte estrangeira chega aos brasileiros

A produtora do Circo Roda afirma que os critérios publicitários dos patrocinadores incluem investir em produções estrangeiras, em detrimento dos artistas nacionais. Ela cita o Cirque du Soleil, que em 2006 obteve R\$ 9,4 bilhões pela Lei Rouanet e cobrou ingressos de até R\$ 370. O secretário de Fomento do ministério responde:

— Graças à lei, o brasileiro pôde ver exposições de museus estrangeiros e o maestro indiano Zubin Mehta se apresentou na Sala São Paulo. Sobre o preço do ingresso, exigem-se contrapartidas sociais. O *Rock in Rio*, por exemplo, reservou ingressos para comunidades, ofereceu estágios com técnicos de fora e deu cursos de luthier.

Gisela Cardoso é uma produtora que trouxe arte estrangeira: a mostra *Clint Eastwood, clássico e implacável* exhibe de graça 43 filmes do ator americano em São Paulo (até dia 30) e em Brasília (até 8 de janeiro). Mas ela também reclama.

— Antes do patrocínio, bancamos idealização, planejamento, contatos internacionais.

Senado mantém propostas de aprimoramento

Mesmo próxima de ser substituída, a Lei Rouanet continua sendo aprimorada no Senado. Amanhã o Plenário vota projeto que a altera para reconhecer a música *gospel* como manifestação cultural. O pedido de urgência foi feito pela senadora Ana Amélia (PP-RS), com apoio de Marcelo Crivella (PRB-RJ).

— A Lei Rouanet tem que ser aprimorada. Quanto a uma substituição total, é uma discussão a se adiar — disse a senadora.

Já Ranfolfe Rodrigues (PSOL-AP) defende que no Estatuto da Juventude (PLC 98/11) a cota de meia-entrada nos eventos da Lei Rouanet seja ampliada de 40% para 50% dos ingressos.

— A Lei Rouanet é uma conquista importante, mas não podemos permitir que incentivos fiscais sejam encorados como único financiamento da cultura, para não desobrigar o Estado de investir no setor, que garante a Constituição.

Saiba mais

Projeto do Procultura:
<http://bit.ly/PL6722>

Blog da Lei Rouanet:
<http://bit.ly/blogdarouanet>

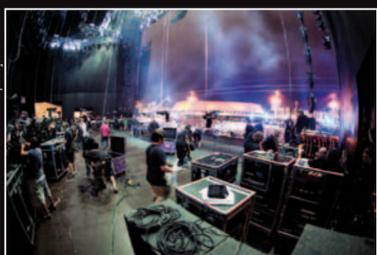
Mostra Clint Eastwood, clássico e implacável:
<http://mostraclint.com.br/>

Livro Lei Rouanet, percursos e relatos (2009):
<http://bit.ly/livroleirouanet>

Revista Observatório Itaú Cultural, especial Lei Rouanet (2009):
<http://bit.ly/revistaobservatorio>



CONFIRA OUTRAS EDIÇÕES DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL



Banda Guns'n'Roses encerra *Rock in Rio*, em outubro: lei viabilizou cota social de ingressos e cursos de luthier

Este ano, a empresa Meritor patrocinou o filme nacional *O homem do futuro*, além do Núcleo Sebastian, onde crianças carentes de Osasco (SP) têm aulas de dança



Pela Lei Rouanet, o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, patrimônio da cultura nacional inaugurado em 1909, foi restaurado por R\$ 35 milhões, de 2007 a 2010



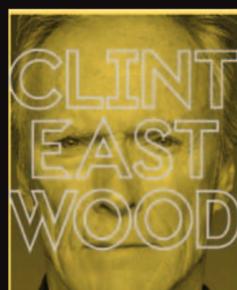
O maestro indiano Zubin Mehta e a Filarmônica de Israel se apresentaram em agosto, em cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná

Filipe Vidal

Governo do Rio de Janeiro

preludimusic.blogspot.com

Graças à lei, a produtora Gisela Cardoso trouxe arte estrangeira ao Brasil: mostra que exhibe de graça 43 filmes do ator americano Clint Eastwood em São Paulo e em Brasília



Divulgação: CCEBS



Desfile é maior atração do *Natal Luz*, em Gramado (RS), que tem vários patrocinadores e realiza ações sociais e culturais

Projeto visa reduzir o sub-registro civil, que atinge altos índices no Norte e Nordeste, e assegurar acesso a programas sociais

Declaração de Nascido Vivo pode se tornar obrigatória

A DECLARAÇÃO DE Nascido Vivo (DNV) pode passar a ter emissão obrigatória pelo profissional de saúde responsável pelo acompanhamento da gestação, do parto ou mesmo do recém-nascido. Enquanto o recém-nascido não tiver a certidão de nascimento, a DNV poderá substituí-la para efeito de acesso aos programas sociais e de base

para o posterior registro civil, sendo documento de fé pública e validade nacional. Esse é o teor de projeto de lei da Câmara (PLS 120/11) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na quinta-feira passada. O projeto altera a lei que trata dos registros públicos (Lei 6.015/73) e agora está sendo analisado

pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A DNV foi instituída com a Lei 6.015/73. Em 1990, o Ministério da Saúde implantou o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), cuja coleta de dados é feita a partir da declaração. O projeto determina que os profissionais de saúde aptos a fazerem o registro deverão estar inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e no respectivo conselho profissional.

A relatora, Ana Rita (PT-ES), afirma que o governo tem o objetivo de reduzir o número de sub-registros, situação que afeta especialmente o Norte e o Nordeste. Estudos realizados entre 2003 e 2007 apontam que, em nove estados nessas regiões, o sub-registro chegou a 25% dos nascidos. No Amazonas, o índice alcançou 40% dos nascidos. A existência desse considerável contingente sem registro civil afeta o oferecimento de serviços públicos adequados, justifica o governo.



Senadora Ana Rita destaca a importância da medida para contingente sem registro civil

Wellington faz apelo à Câmara para votar royalties do petróleo

Em avaliação do primeiro ano de seu mandato no Senado, Wellington Dias (PT-PI) fez apelo à Câmara dos Deputados para votar logo o Projeto de Lei do Senado 448/11, que redistribui os recursos provenientes da exploração de petróleo.

— Buscamos um entendimento [no Senado] de forma a regulamentar e atualizar a legislação que trata do petróleo brasileiro para que todos pudessem participar dessa riqueza. Essa importante proposta foi amplamente debatida e recebeu apoio das mais diversas entidades e da sociedade brasileira, mas ainda não foi votada na Câmara. Meu apelo é para que isso aconteça logo na abertura dos trabalhos em 2012 — pediu.

O senador enfatizou a importância de evitar que o projeto seja “contaminado pelas eleições municipais” de outubro.

Wellington também destacou o trabalho que desenvolveu nas comissões da Casa, como a Sub-comissão Temporária de Políticas Sociais para Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros.

Em seu relatório final, a sub-comissão pediu ação mais incisiva do Estado sobre a dependência química, além da proibição da propaganda de bebidas alcoólicas.



Wellington Dias

Gurgacz quer sociedade no Plano de Combate ao Crack

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu ontem a participação direta de toda a população brasileira no Plano Nacional de Combate ao Crack, lançado pelo governo federal há duas semanas.

O senador também defendeu as internações involuntárias, por parte do poder público, após análise criteriosa de profissionais especializados. Ele afirmou que pequena parcela de dependentes busca ajuda especializada, sendo menor ainda a porcentagem que consegue efetivamente se ver livre da droga.

Gurgacz informou ter realizado palestra para mais de 2 mil pessoas em escola de Porto Velho no último final de semana. As palestras, disse, são um aprimoramento do trabalho iniciado no ano passado com a distribuição de cartilhas sobre os riscos da dependência das drogas.

— Tentamos mostrar que o problema das drogas não é de polícia, mas de saúde — afirmou o senador, enfatizando a importância da família e dos educadores para conter o consumo de entorpecentes.



Acir Gurgacz

Para Mozarildo, Roraima atravessa “momento triste”

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que seu estado atravessa um momento triste, diante de várias denúncias de corrupção que atingem o governador, José de Anchieta Júnior.



Pedro França/Senado Federal

O senador lembrou que Anchieta Júnior foi cassado duas vezes pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR), sendo que a mais recente decisão saiu na última terça-feira. No entanto, como ainda cabe recurso, o governador permanece no cargo até o julgamento definitivo.

— Ele usou todos os mecanismos de fraude possíveis e venceu a eleição por apenas 0,8% dos votos válidos [no segundo turno].

Segundo Mozarildo, a segunda cassação ocorreu devido a denúncia do Ministério Público Eleitoral. De acordo com o senador, o processo registra vários ilícitos, como recursos de campanha sem origem definida.

Alvaro homenageia Paraná pelos 158 anos de emancipação

Alvaro Dias (PSDB-PR) fez ontem homenagem ao Paraná e aos paranaenses, que comemoram 158 anos da emancipação política do estado.



Pedro França/Senado Federal

— É a terra de todas as gentes — declarou, destacando que o primeiro governador do estado, Zacarias de Góes Vasconcelos, era baiano.

O senador lembrou que ele próprio é paulista e foi governador de 1987 a 1991. Segundo o parlamentar, foi naquele período que o estado mais cresceu nas últimas décadas.

Alvaro também elogiou as belezas naturais como as Cataratas do Iguaçu e ressaltou que o estado conta com muitos migrantes europeus e tem muita força na agricultura.

— O Paraná tem um povo extraordinário e competente. É um estado fantástico, com diferenças regionais relevantes e sempre positivas — disse o senador.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Wellington Dias • José Pimentel • Mozarildo Cavalcanti • José Sarney

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burl e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

A Reserva Geral de Reversão alimenta fundo da Eletrobras que é uma das fontes de financiamento da expansão e melhoria do sistema de fornecimento de energia

CI vota hoje fim de encargo nas contas de luz

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) deve votar hoje projeto que determina a imediata extinção da cobrança das cotas da Reserva Global de Reversão (RGR). Esse encargo abastece fundo bilionário que a Eletrobras utiliza para financiar a expansão e melhorias de serviços no setor elétrico, inclusive despesas do Programa Luz para Todos.

As cotas da RGR são pagas anualmente pelas concessionárias de energia, mas o encargo recai sobre o valor da conta cobrada dos consumidores. Pelo PLS 372/11, encabeçado pela senadora Ana Amélia (PP-RS) e subscrito por Armando Monteiro (PTB-PE), as tarifas ao consumidor de energia deverão ser revistas para expurgo da parcela que corresponde ao impacto das cotas.

O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), recomenda a aprovação, mas seu texto, em vez da extinção imediata do tributo, mantém a cobrança até 2023.

Com isso, reduz a vigência da RGR em 12 anos, já que ela foi renovada da última vez até 2035.



A Copel e o governo estadual bancam 80% dos investimentos do Luz Para Todos no Paraná: consumidor final é quem paga

De acordo com o relator, a extinção do encargo é uma medida importante, mas o setor elétrico depende dos recursos para investimentos importantes. Assim, ele considera difícil interromper subitamente a cobrança.

Os autores informam que mais de R\$ 2 bilhões anuais são arrecadados dos consumidores em decorrência do encargo. Esses recursos teriam sido retirados das contas dos consumidores caso tivesse sido mantido o último prazo

legal de vigência, até 2010, afirmam eles. Os senadores justificam ainda que as tarifas de energia no país estão entre as mais altas do mundo e pressionam o chamado custo Brasil, a ponto de inviabilizar indústrias nacionais e limitar a competitividade dos produtos nacionais no mercado global.

Renovações

O encargo foi instituído em 1957, para indenizar os concessionários do setor de energia por investimentos

não amortizados ao fim dos contratos de exploração das atividades. Ao longo do tempo, outros objetivos foram acrescentados às funções originais. Estima-se que o fundo acumule atualmente cerca de R\$ 16 bilhões.

A extinção da cobrança estava prevista para o fim de 2010, nos termos da Lei 10.438/02. No entanto, conforme os autores da proposta, a cobrança foi prorrogada até 2035, “no apagar do ano”, por meio de medida provisória — já con-

vertida na Lei 12.431/11.

O texto deverá ser também examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), nesta última em decisão terminativa.

Em outubro, passou na CAE projeto que tratava da administração dos recursos do fundo formado pela RGR. Pelo texto (PLS 355/11), sugerido pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a Eletrobras deve deixar a gestão, cedendo lugar a entidade — a ser definida pelo Executivo — não controladora de concessionária de serviços públicos de geração, transmissão ou distribuição de energia.

De acordo com Ana Amélia, é a estatal que escolhe as empresas beneficiárias dos recursos e vem ao longo do tempo concentrando as aplicações nas que são controladas por ela. Segundo a senadora, esses conflitos ficaram mais evidentes após a privatização das estatais do setor elétrico.

“Código do Consumidor e Rio+20 são desafios da CMA em 2012”



Rodrigo Rollemberg

Para o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), os maiores desafios da CMA em 2012 serão a atualização do Código do Consumidor e os preparativos para o Brasil sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20. Ele destacou, em 2011, a aprovação do novo Código Florestal.

Sobre seu primeiro ano como senador, Rollemberg lembrou a apresentação dos projetos que tornam segurados especiais da Previdência os catadores de recicláveis e artesãos (PLSs 279/11 e 74/11), do que eleva multas para crimes ambientais (PLS 731/11), do que aumenta os limites de uso de fundo do Centro-Oeste (PLS 648/11), do que incentiva a indústria espacial (PLS 221/11), e da PEC 3/11, que autoriza a população a propor emendas à Constituição.

Lauro diz que país pode virar grande produtor de potássio



Lauro Antônio

O senador Lauro Antônio (PR-SE) afirmou ontem em Plenário que o país — e o seu estado em particular — poderá em breve tornar-se grande produtor de potássio, elemento fundamental para a produção de fertilizantes. O avanço diminuiria a necessidade de importação e tornaria o país mais competitivo.

Lauro Antônio lembrou que a produção de grãos do país é de 159 milhões de toneladas anuais, com previsão de aumento de 40% até 2019. O consumo de fertilizantes também deve crescer. Ele disse que o Brasil só produz 10% dos insumos do agronegócio e da agricultura familiar.

O parlamentar destacou que o país pode elevar consideravelmente sua produção de potássio, ressaltando que Sergipe tem a maior reserva desse mineral em todo o hemisfério Sul.

Ana Amélia: granizo provoca perdas na Serra Gaúcha



Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) relatou prejuízos causados a lavouras da região da serra, em seu estado, pelas chuvas de granizo. Boa parte da produção de hortigranjeiros e de pomares de frutas, como o pêssego e a maçã, e grande parte dos parreirais foram destruídos.

— Em muitos parreirais, a chuva causou destruição total, e os agricultores estimam que leve de duas a três safras para que as videiras voltem a dar frutos — disse.

No domingo, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Caio Rocha, visitou a região e prometeu para esta semana resposta a pedido de concessão de auxílio às famílias dos produtores prejudicados. A senadora também apelou ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, por atendimento urgente aos agricultores da região.

Sigilo em acordos externos será examinado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) solicitou ao Itamaraty relação dos tratados bilaterais e multilaterais envolvendo assuntos sigilosos, assinados pelo Brasil com outros países ainda não aprovados pelo Congresso. Aloysio Nunes (PSDB-SP) foi designado pelo presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), para relatar todos esses documentos com cláusula de confidencialidade.

O objetivo é dar tratamento uniforme à questão em face da Lei 12.527/11, que regula o acesso dos cidadãos a informações oficiais. A CRE deseja

conhecer a percepção do governo quanto à aplicabilidade de cláusulas desses tratados que, porventura, contrariem a nova lei.

Em tese, qualquer cidadão poderia requisitar informações contidas nesses tratados, mas Aloysio Nunes afirma que o sigilo deles está amparado na Constituição.

Autor do requerimento de informações dirigido ao Ministério das Relações Exteriores, Collor espera que as respostas do Itamaraty e a análise dos tratados na CRE permitam ao Congresso firmar jurisprudência sobre o tema.

CRE cumpriu toda a sua pauta, afirma Collor

Em um balanço das atividades da CRE em 2011, o seu presidente, Fernando Collor, afirmou que a comissão cumpriu toda a sua pauta.

Hoje, a partir das 10h, o colegiado realiza sua centésima reunião com a audiência pública para discutir a situação dos refugiados haitianos no Brasil. Mais da metade dessas reuniões destinou-se ao debate de questões como os rumos da política externa brasileira.



Fernando Collor

Participaram 181 convidados, entre especialistas e autoridades. Uma publicação da CRE, com prefácio do ex-chanceler Celso Lafer, deverá reunir o que se debateu nas audiências.

Nas reuniões deliberativas, a CRE examinou 53 mensagens com indicações de chefes de missão diplomática e autoridades, 14 projetos de lei e 68 projetos de decreto legislativo referentes a acordos, tratados e convenções internacionais.

Regra impede “maquiagem” nas contas do SUS

Recém-aprovada pelo Senado, regulamentação da Emenda 29 proíbe que verba do SUS vá para outras áreas; porém, não cria mecanismo para aumentar orçamento da saúde pública

Ricardo Westin

O SISTEMA ÚNICO de Saúde (SUS) é descrito pelo governo como a maior rede pública de saúde do mundo. Ao instituí-lo, a Constituição de 1988 foi, de fato, audaciosa. Determinou que cada brasileiro teria todas as suas necessidades de saúde atendidas gratuitamente — de uma mera aspirina a um complexo transplante de coração.

Para tentar cumprir a lei, o governo federal, os estados e os municípios destinaram à saúde R\$ 110,5 bilhões em 2008. Com tal montante, seria possível construir e equipar mais de 2.200 hospitais de médio porte.

Apesar da grandeza, esse valor não é suficiente. Faltam remédios nos hospitais; a espera por consulta chega a meses; por cirurgia, a anos; médicos recebem salários irrisórios; faltam profissionais no interior do país e na periferia das cidades grandes; aparelhos médicos passam semanas parados por falta de conserto; epidemias de dengue causam mortes todo verão; e doentes brigam nos tribunais para serem tratados.

Em 2000, para garantir os recursos do SUS, a Constituição recebeu uma emenda — a Emenda 29 — fixando o mínimo que cada esfera do poder público deveria aplicar. A União precisaria investir em saúde o valor do ano anterior mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) nacional. Os estados, 12% de seus impostos. E os municípios, 15%.

Brecha na lei

A Emenda 29, porém, nunca conseguiu acabar com as mazelas do SUS. A razão: não foi regulamentada até hoje. A Constituição ficou com uma brecha por não dizer o que são gastos em saúde pública. Assim, os governantes usam subterfúgios para atingir os mínimos constitucionais. Usam os cofres do SUS para pagar a despoluição de rios, a varrição das cidades, a merenda das escolas e até o plano de saúde dos funcionários públicos. Sem a regulamentação da Emenda 29, os governantes interpretam que tudo isso tem impacto na saúde e pode ser pago pelo SUS.

Em 2008, o Rio Grande do Sul informou ter aplicado em saúde 12,39% das receitas. Uma auditoria do SUS descobriu que, cumprida a Emenda 29 ao pé da letra, aplicou apenas 4,37%. Pelas últimas contas



Funcionários limpam rua: com a nova regra, a varrição urbana não poderá ser paga com verbas do SUS

Ricardo Gusat/PMPA

da presidente Dilma Rousseff. O texto desagradou aos defensores da saúde pública. Apesar de reconhecerem que as “maquiagens” acabarão, eles se queixam de que o SUS não terá reforço financeiro tão grande quanto o exigido pelas dificuldades do dia a dia. Os R\$ 9 bilhões hoje perdidos nas “maquiagens” não chegam perto dos R\$ 45 bilhões extras anuais que o Ministério da Saúde calcula como o necessário para dar qualidade ao SUS.

No Congresso, o projeto chegou a ganhar dois dispositivos que dariam mais musculatura ao SUS. O primeiro previa a criação de imposto para a saúde — nos moldes da extinta CPME, que até 2007 respondeu por 35% do orçamento do Ministério da Saúde. O segundo dispositivo determinava que a União também teria porcentagem a aplicar no SUS — 10% das receitas. Hoje, destina o equivalente a 7%. Nenhum dos dois dispositivos vingou.

— É decepcionante. O subfinanciamento do SUS vai continuar — diz Luiz Augusto Facchini, presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco).

Faltou pressão da sociedade. Segundo Facchini, as classes média e alta veem o SUS como um sistema de pobres. Esquecem que a vacinação, o programa de Aids, os transplantes, o controle de epidemias e a fiscalização de alimentos e remédios são feitos pelo SUS.

Falta de empenho

Para Francisco Batista Junior, diretor do Conselho Nacional de Saúde (ligado ao Ministério da Saúde), não houve interesse nem empenho do governo:

— Os 10% não passaram porque a equipe econômica é forte. Ela trabalha com a lógica de economizar, de fazer o ajuste fiscal. O imposto não passou porque o governo não teve competência para convencer a sociedade e a oposição.

O presidente do Conasems (entidade dos secretários municipais de Saúde), Antônio Carlos Nardi, descreve a regulamentação aprovada como “um balde de água fria”:

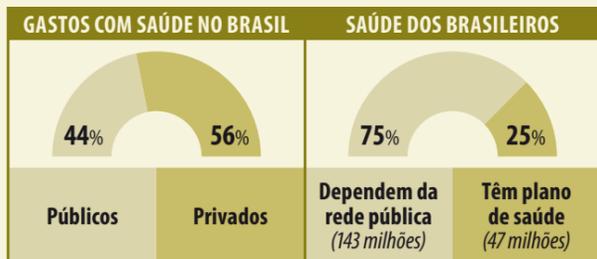
— Não é na porta do ministro ou do governador que o cidadão bate quando não consegue ser atendido no hospital. É na porta do prefeito. Muitas prefeituras aplicam 25%, 30% das receitas em saúde. Isso é ingovernável. Não sobra dinheiro para outras políticas. A situação vai continuar crítica.

Segundo o ex-ministro da Saúde e atual líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), em 2012 a Casa formará comissão que terá dois meses para propor novas fontes de financiamento para o SUS.

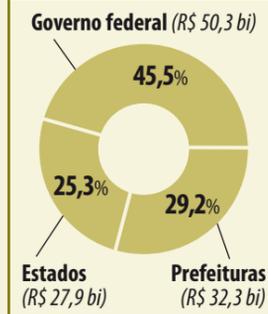
A saúde no Brasil

OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Comparada com a saúde privada, a saúde pública cuida de um número muito maior de pessoas, mas dispõe de menos dinheiro. No ranking internacional, o SUS brasileiro revela-se subfinanciado

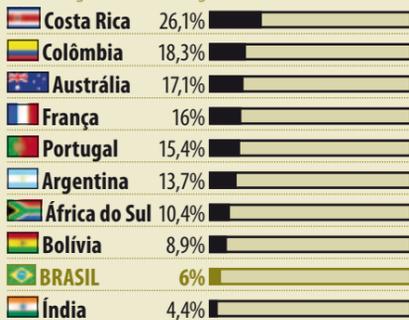


A CONTRIBUIÇÃO DE CADA ESFERA

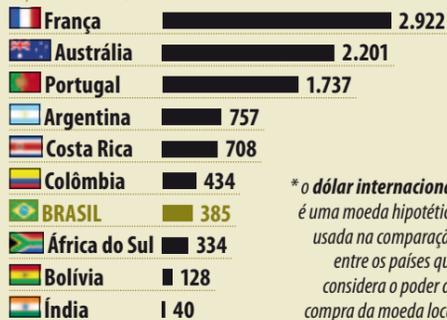


Gastos públicos com saúde

» % dos gastos totais do governo



» por habitante, em dólares internacionais*



* o dólar internacional é uma moeda hipotética usada na comparação entre os países que considera o poder de compra da moeda local

A EMENDA 29

A Emenda 29 estabelece o valor mínimo que o poder público precisa gastar com saúde

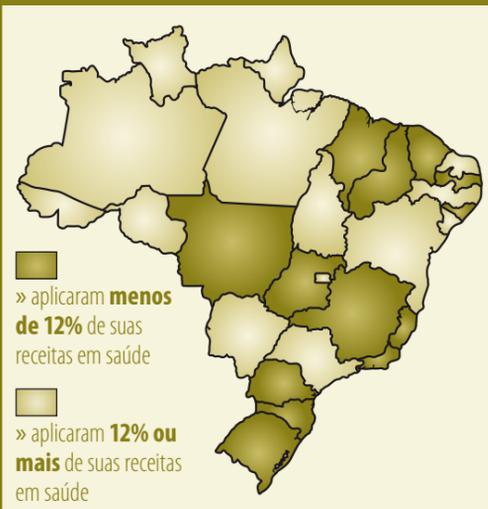
- » Governo federal: o valor empenhado (reservado) no ano anterior corrigido pela variação anual do produto interno bruto (PIB)
- » Estados: 12% de suas receitas
- » Municípios: 15% de suas receitas

Hoje, governantes incluem na conta do SUS gastos alheios à saúde pública como forma de alcançar artificialmente os valores mínimos fixados pela Emenda 29. Uma vez regulamentada, a emenda reforçará o caixa do SUS.

Gastos que, pela regulamentação, não podem sair da conta do SUS

- ✘ aposentadorias e pensões dos antigos funcionários do SUS
- ✘ salários dos funcionários do SUS que estão temporariamente trabalhando em outras áreas
- ✘ hospitais de servidores públicos e hospitais militares, que não atendem à população em geral
- ✘ merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em hospitais e postos de saúde do SUS
- ✘ obras de saneamento básico e de infraestrutura, mesmo que tenham impacto na saúde da população
- ✘ limpeza das cidades
- ✘ ações de assistência social

O CUMPRIMENTO DA EMENDA 29 PELOS ESTADOS



Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e projeto de regulamentação da Emenda 29

do Ministério da Saúde, a rede pública perdeu R\$ 9 bilhões anuais com subterfúgios desse tipo nas três esferas de governo.

O projeto que regulamenta a Emenda 29 chegou ao Congres-

so em 2003. O texto diz, claramente, o que é saúde pública e o que não é. Limpeza urbana, merenda e plano de saúde não são. Após anos de tramitação arrastada no Senado e na Câ-

mara e de promessas eleitorais, a regulamentação finalmente acaba de ter a votação derradeira. Os senadores a aprovaram duas semanas atrás. Para valer, depende apenas do aval